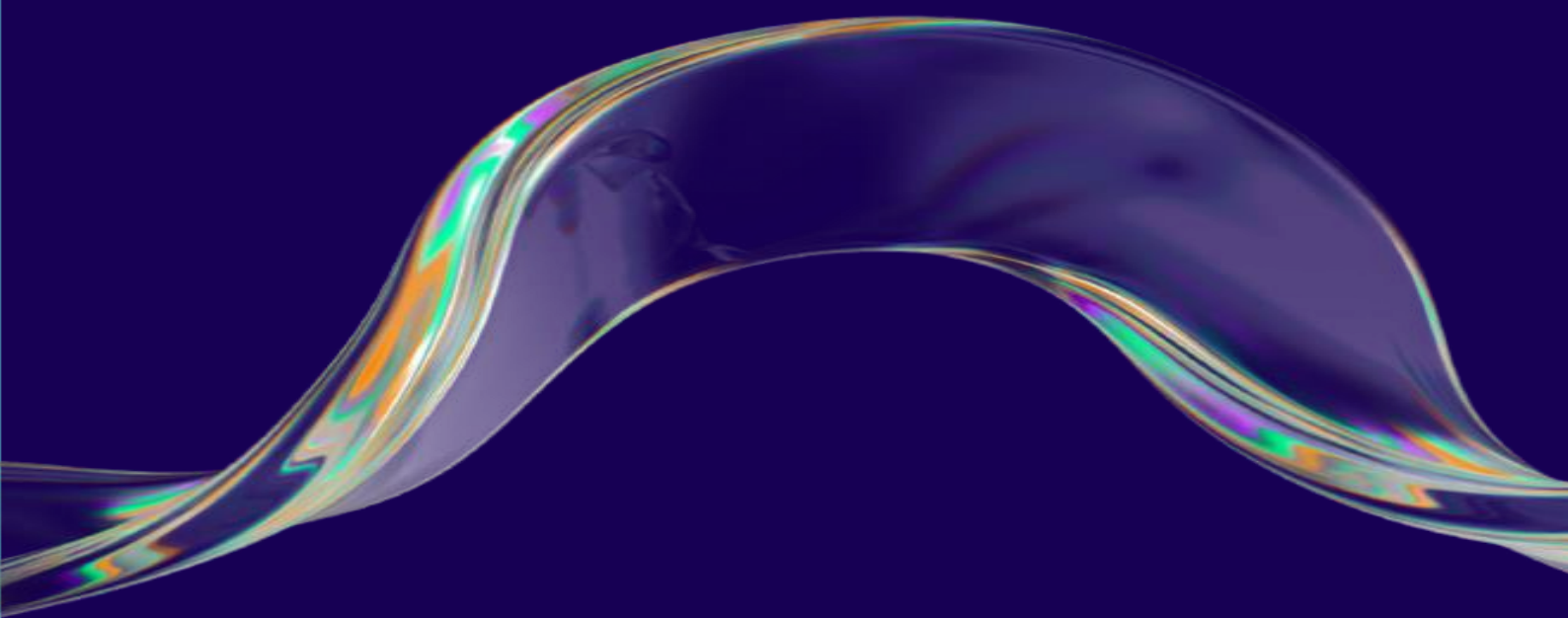


Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em
31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores
independentes**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

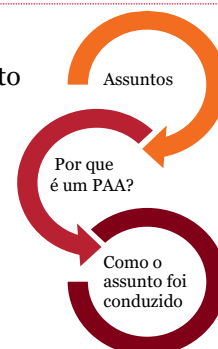
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 5 e 14 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.

Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: (i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e (iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Balço patrimonial	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Receita	12
6	Custos e despesas	13
7	Resultado financeiro líquido	13
8	Caixa e equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	13
9	Contas a receber de clientes	14
10	Investimentos	15
11	Imobilizado	17
12	Intangível	19
13	Financiamentos e debêntures	19
14	Provisão de ressarcimento	22
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	23
16	Provisão para litígios	24
17	Partes relacionadas	25
18	Patrimônio líquido	27
19	Imposto de renda e contribuição social	27
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco	29
21	Seguros	34

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	5	-	-	230.778	220.538
Custo com energia elétrica	6	-	-	(15.666)	(13.355)
Custo com operação	6	-	-	(109.915)	(96.978)
Lucro bruto		-	-	105.197	110.205
Despesas (receitas) operacionais	6				
Gerais e administrativas		(83)	(67)	(5.725)	(4.112)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(9)	-	(706)
		(83)	(76)	(5.725)	(4.818)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(83)	(76)	99.472	105.387
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10 (a)	50.161	47.595	-	-
		50.161	47.595	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		1.300	1.299	29.136	20.993
Despesas financeiras		(15.006)	(15.808)	(75.162)	(79.633)
		(13.706)	(14.509)	(46.026)	(58.640)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.372	33.010	53.446	46.747
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		-	-	(17.074)	(13.737)
Diferidos		155	233	155	233
Lucro líquido do exercício		36.527	33.243	36.527	33.243

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	36.527	33.243
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	36.527	33.243

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.372	33.010	53.446	46.747
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
		(50.161)	(47.595)	-	-
Equivalência patrimonial	10 (b)))	-	-
Juros e variações monetárias de financiamentos e debêntures	13 (c)	13.914	14.743	67.626	70.913
Apropriação dos custos de captações	13 (c)	301	301	1.649	1.649
Rendimentos sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(4.527)	(4.048)
Depreciação e amortização	6	-	-	58.548	58.696
Baixa de imobilizado		-	-	-	698
Provisão de ressarcimento, líquida das reversões	14 (c)	-	-	15.936	11.969
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	14 (c)	-	-	1.552	1.867
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	2.439	2.321
Reversão de obrigações socioambientais	15 (a)	-	-	-	(2.314)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	7	407	318	407	318
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	-	19	-
		833	777	197.095	188.816
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(7.786)	(493)
Tributos a recuperar		(256)	(184)	(1.219)	(190)
Partes relacionadas		3.984	3.926	3.392	3.359
Demais créditos e outros ativos		-	-	(3.868)	(652)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		-	(15)	(4.216)	(193)
Tributos a recolher		1	2	(3.331)	(3.025)
Partes relacionadas		-	-	2.355	222
Demais obrigações e outros passivos		-	-	1.930	1.245
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		4.562	4.506	184.352	189.089
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	13 (c)	(7.484)	(7.289)	(55.345)	(58.747)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(12.020)	(10.913)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.922)	(2.783)	116.987	119.429
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de (aplicação) conta reserva		-	-	7.659	(3.788)
Aquisição de imobilizado	11 (a) e 12 (a)	-	-	(101)	(1.827)
Recebimento de dividendos	1.1 (b)	11.305	10.849	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		11.305	10.849	7.558	(5.615)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos e debêntures	13 (c)	-	-	(55.050)	(54.480)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(113)	-
Dividendos pagos	1.1 (a)	(7.897)	(6.252)	(7.897)	(6.252)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(7.897)	(6.252)	(63.060)	(60.732)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		486	1.814	61.485	53.082
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.888	6.074	165.211	112.129
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		8.374	7.888	226.696	165.211

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.374	7.888	226.696	165.211
Contas a receber de clientes	9	-	-	34.713	26.927
Tributos a recuperar		589	333	1.615	396
Dividendos a receber	17	11.912	11.305	-	-
Partes relacionadas	16	3.923	3.799	3.923	3.799
Outros ativos		-	-	6.029	2.162
		<u>24.798</u>	<u>23.325</u>	<u>272.976</u>	<u>198.495</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	36.753	39.885
Partes relacionadas	16	-	3.923	-	3.923
Outros ativos		-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>3.923</u>	<u>36.753</u>	<u>43.808</u>
Investimento	10	502.975	464.726	-	-
Imobilizado	11	-	-	879.214	934.138
Intangível	12	-	-	34.798	36.111
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	679	-
		<u>502.975</u>	<u>468.649</u>	<u>951.444</u>	<u>1.014.057</u>
Total do ativo		<u>527.773</u>	<u>491.974</u>	<u>1.224.420</u>	<u>1.212.552</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	13	143.548	3.619	199.479	59.175
Fornecedores		-	-	5.665	7.773
Arrendamentos		-	-	381	-
Tributos a recolher		4	5	4.539	2.818
Partes relacionadas	16	2	-	239	86
Provisão de ressarcimento	14	-	-	39.548	43.434
Obrigações socioambientais	15	-	-	3.738	3.738
Dividendos a pagar	10	8.693	7.914	8.693	7.914
Outros passivos		-	-	3.176	1.246
		<u>152.247</u>	<u>11.538</u>	<u>265.458</u>	<u>126.184</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	13	-	133.198	512.341	693.765
Arrendamentos		-	-	306	-
Partes relacionadas	16	18.689	18.098	20.300	18.098
Provisão de ressarcimento	14	-	-	36.531	15.157
Tributos a recolher		-	-	6.397	6.397
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	26.250	23.811
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	329	484	329	484
		<u>19.018</u>	<u>151.780</u>	<u>602.454</u>	<u>757.712</u>
Total do passivo		<u>171.265</u>	<u>163.318</u>	<u>867.912</u>	<u>883.896</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	278.467	278.467	278.467	278.467
Reservas de lucros		78.041	50.189	78.041	50.189
Total do patrimônio líquido		<u>356.508</u>	<u>328.656</u>	<u>356.508</u>	<u>328.656</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>527.773</u>	<u>491.974</u>	<u>1.224.420</u>	<u>1.212.552</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2022		278.467	6.088	18.755	-	303.310
Lucro líquido exercício		-	-	-	33.243	33.243
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	33.243	33.243
Destinação do lucro do exercício						
Constituição de reserva legal		-	1.662	-	(1.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(7.897)	(7.897)
Retenção de lucros		-	-	23.684	(23.684)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	1.662	23.684	-	25.346
Em 31 de dezembro de 2022		278.467	7.750	42.439	-	328.656
Lucro líquido exercício		-	-	-	36.527	36.527
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	36.527	36.527
Destinação do lucro do exercício	18 (c)					
Constituição de reserva legal		-	1.826	-	(1.826)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(8.675)	(8.675)
Retenção de lucros		-	-	26.026	(26.026)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	1.826	26.026	(36.527)	(8.675)
Em 31 de dezembro de 2023		278.467	9.576	68.465	-	356.508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo que foi constituída em 22 de dezembro de 2011.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí I, com capacidade instalada total de 205,8 MWh, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólico-elétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade e instalada MW	Energia assegurada por MWh/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 08	75/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 09	76/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 10	77/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 11	78/2016	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 12	79/2016	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 13	80/2016	29,4	134.904	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 14	81/2016	29,4	134.028	10/03/2016	10/03/2051

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR - Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL - Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN - Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 27 de abril de 2023, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Auren no montante de R\$ 7.897, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O pagamento dos dividendos ocorreu em 21 de julho de 2023.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação de dividendos a receber

Controladas	Provisionados em 2022	Recebidos (i)	Mínimos obrigatórios propostos	Provisionados em 2023
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	1.221	(1.221)	1.440	1.440
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	1.914	(1.914)	2.040	2.040
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	1.579	(1.579)	1.576	1.576
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	1.854	(1.854)	1.860	1.860
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.368	(1.368)	1.491	1.491
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	1.587	(1.587)	1.880	1.880
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	1.782	(1.782)	1.625	1.625
	11.305	(11.305)	11.912	11.912

(i) Em 21 de julho de 2023, a Companhia recebeu de suas controladas o saldo de dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2022.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 11 de março de 2024.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real (“R\$”).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação e controlam em conjunto o Consórcio Ventos do Piauí ("Consórcio").

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

(c) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2023	2022		
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	100%	100%	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A (i)	84,96%	84,96%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A (i)	77,36%	77,36%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100%	100%	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns

(i) Para fins de consolidação são considerados os percentuais de 100% de participação societária, visto que a Companhia é detentora da totalidade de ações ordinárias de suas controladas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

(i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
10	Investimentos
11	Imobilizado
12	Intangível
14	Provisão de ressarcimento
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente

pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos regulados - Leilão: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”)

	Nota	2023	Consolidado 2022
Receita bruta			
Venda de energia			
Contratos regulados - Leilão LEN		230.551	221.098
Provisão de ressarcimento	14 (c)	(15.936)	(11.969)
Partes relacionadas	17	19.890	18.399
Energia de curto prazo - CCEE		494	280
		234.999	227.808
Outras receitas			
Créditos de carbono - Partes relacionadas	17	4.958	1.441
		4.958	1.441
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(8.356)	(7.998)
ICMS sobre receitas operacionais		(48)	(8)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(775)	(705)
		(9.179)	(8.711)
Receita líquida		230.778	220.538

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Custos e despesas

	Consolidado				
				2023	2022
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(5.216)	-	-	(5.216)	(4.378)
Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST	(10.450)	-	-	(10.450)	(8.977)
Depreciação e amortização	-	(58.048)	(500)	(58.548)	(58.696)
Pessoal	-	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-
Materiais	-	(383)	(356)	(739)	(537)
Materiais	-	(383)	(356)	(739)	(537)
Serviços	-	(43.515)	(4.518)	(48.033)	(34.286)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(40.218)	-	(40.218)	(28.517)
Manutenção e conservação	-	(1.230)	(2.380)	(3.610)	(1.359)
Serviços de terceiros	-	(2.067)	(2.138)	(4.205)	(4.410)
Outros	-	(7.969)	(351)	(8.320)	(8.277)
Aluguéis e arrendamentos	-	(3.690)	(296)	(3.986)	(3.645)
Seguros	-	(3.877)	(13)	(3.890)	(3.407)
Baixa de imobilizado	-	-	-	-	(698)
Impostos, taxas e contribuições	-	(236)	(42)	(278)	(185)
Outros custos e despesas líquidas	-	(166)	-	(166)	(342)
	(15.666)	(109.915)	(5.725)	(131.306)	(115.151)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre aplicações financeiras		1.193	1.085	28.618	20.213
Atualização monetária sobre provisões de ressarcimento	14	-	-	411	566
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	17	135	255	135	255
Juros sobre ativos financeiros		29	10	29	10
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(57)	(51)	(57)	(51)
		1.300	1.299	29.136	20.993
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos e debêntures	13 (c)	(7.638)	(7.449)	(55.311)	(58.908)
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	13 (c)	(6.276)	(7.294)	(12.315)	(12.005)
Atualização monetária sobre provisões de ressarcimento	14 (c)	-	-	(1.963)	(2.433)
Apropriação dos custos de captções	13 (c)	(301)	(301)	(1.649)	(1.649)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	17	(542)	(573)	(542)	(573)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	(2.439)	(2.321)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		-	-	(19)	-
Outras despesas financeiras		(249)	(191)	(924)	(1.744)
		(15.006)	(15.808)	(75.162)	(79.633)
		(13.706)	(14.509)	(46.026)	(58.640)

8 Caixa e equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
Caixa e bancos	105	64	1.233	6.254
	105	64	1.233	6.254
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	167.134	149.878
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	8.269	7.824	58.329	9.079
	8.269	7.824	225.463	158.957
Caixa e equivalentes de caixa	8.374	7.888	226.696	165.211
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)				
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	-	36.753	39.885
	-	-	36.753	39.885
	8.374	7.888	263.449	205.096

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 99,67% e 101,35% do CDI (100,22% e 101,90% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2023	2022	2023	2022
AAA	8.374	7.881	263.349	205.066
AA	-	2	-	25
Sem rating	-	5	100	5
	8.374	7.888	263.449	205.096

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos regulados - Leilão LEN	32.284	25.437
Partes relacionadas (Nota 17)	2.387	1.473
Energia de curto prazo - CCEE	42	17
	<u>34.713</u>	<u>26.927</u>

(b) Vencimento contas a receber

	Consolidado	
	2.023	2022
A vencer	34.671	26.910
Vencidos até 3 meses	42	17
	<u>34.713</u>	<u>26.927</u>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2023				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2023	2022	2023	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A (i)	68.381	6.063	84,96%	84,96%	6.063	5.142	68.380	63.758
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	75.926	8.596	100,00%	100,00%	8.596	8.058	75.926	69.371
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	71.147	6.635	100,00%	100,00%	6.635	6.648	71.147	66.088
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	73.319	7.833	100,00%	100,00%	7.833	7.804	73.319	67.346
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A (i)	69.059	6.278	77,36%	77,36%	6.278	5.757	69.058	64.272
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	71.805	7.914	100,00%	100,00%	7.914	6.681	71.805	65.770
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	73.338	6.842	100,00%	100,00%	6.842	7.505	73.340	68.121
					50.161	47.595	502.975	464.726

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	Controladora	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	464.726	428.436
Equivalência patrimonial	50.161	47.595
Dividendos mínimos obrigatórios	(11.912)	(11.305)
Saldo no final do exercício	<u>502.975</u>	<u>464.726</u>

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

									Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Custos de servidão	Obras em andamento	2023	2022
Saldo no início do exercício										
Custo	1.112.584	51.771	48.508	12.079	116	310	339	738	1.226.445	1.234.148
Depreciação acumulada	(269.554)	(10.771)	(8.393)	(3.216)	(39)	(280)	(54)	-	(292.307)	(234.923)
Saldo líquido no início do exercício	843.030	41.000	40.115	8.863	77	30	285	738	934.138	999.225
Adições	-	-	-	-	-	-	-	1.924	1.924	1.828
Substituição de itens em garantia	285	-	-	-	-	-	-	-	285	-
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.798)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(697)
Depreciação	(52.593)	(2.500)	(1.677)	(316)	(7)	(30)	(10)	-	(57.133)	(57.384)
Transferências	-	803	-	-	-	-	-	(803)	-	(36)
Saldo no final do exercício	790.722	39.303	38.438	8.547	70	-	275	1.859	879.214	934.138
Custo	1.112.869	52.574	48.561	12.079	116	310	339	1.859	1.228.707	1.226.445
Depreciação acumulada	(322.147)	(13.271)	(10.123)	(3.532)	(46)	(310)	(64)	-	(349.493)	(292.307)
Saldo líquido no final do exercício	790.722	39.303	38.438	8.547	70	-	275	1.859	879.214	934.138
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	15	3			

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Direitos de exploração de recursos naturais	Software	2023	2022
Saldo no início do exercício				
Custo	44.761	178	44.939	44.903
Amortização acumulada	(8.738)	(90)	(8.828)	(7.516)
Saldo líquido no início do exercício	36.023	88	36.111	37.387
Amortização	(1.279)	(34)	(1.313)	(1.312)
Transferências	-	-	-	36
Saldo no final do exercício	34.744	54	34.798	36.111
Custo	44.761	178	44.939	44.939
Amortização acumulada	(10.017)	(124)	(10.141)	(8.828)
Saldo líquido no final do exercício	34.744	54	34.798	36.111
Taxas médias anuais de amortização - %	3	20		

13 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

		Controladora								
		2023								
		Circulante								
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA + 5,47%	139.625	(151)	4.074	143.548	139.625	(151)	4.074	143.548	142.397
		<u>139.625</u>	<u>(151)</u>	<u>4.074</u>	<u>143.548</u>	<u>139.625</u>	<u>(151)</u>	<u>4.074</u>	<u>143.548</u>	<u>142.397</u>

		Controladora								
		2022								
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA + 5,47%	-	(301)	3.920	3.619	133.349	(151)	133.198	136.817	135.922
		<u>-</u>	<u>(301)</u>	<u>3.920</u>	<u>3.619</u>	<u>133.349</u>	<u>(151)</u>	<u>133.198</u>	<u>136.817</u>	<u>135.922</u>

		Consolidado								
		2023								
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,16%	55.279	(1.348)	2.000	55.931	525.143	(12.802)	512.341	568.272	529.016
Debêntures	IPCA+5,47%	139.625	(151)	4.074	143.548	-	-	-	143.548	142.397
		<u>194.904</u>	<u>(1.500)</u>	<u>6.074</u>	<u>201.479</u>	<u>525.143</u>	<u>(12.802)</u>	<u>512.341</u>	<u>711.820</u>	<u>671.413</u>

		Consolidado								
		2022								
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Valor justo
BNDES	TJLP + 2,16%	54.735	(1.348)	2.169	55.556	574.716	(14.150)	560.567	616.123	443.312
Debêntures	IPCA + 5,47%	-	(301)	3.920	3.619	133.349	(151)	133.198	136.817	135.922
		<u>54.735</u>	<u>(1.649)</u>	<u>6.089</u>	<u>59.175</u>	<u>708.065</u>	<u>(14.301)</u>	<u>693.765</u>	<u>752.940</u>	<u>579.234</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

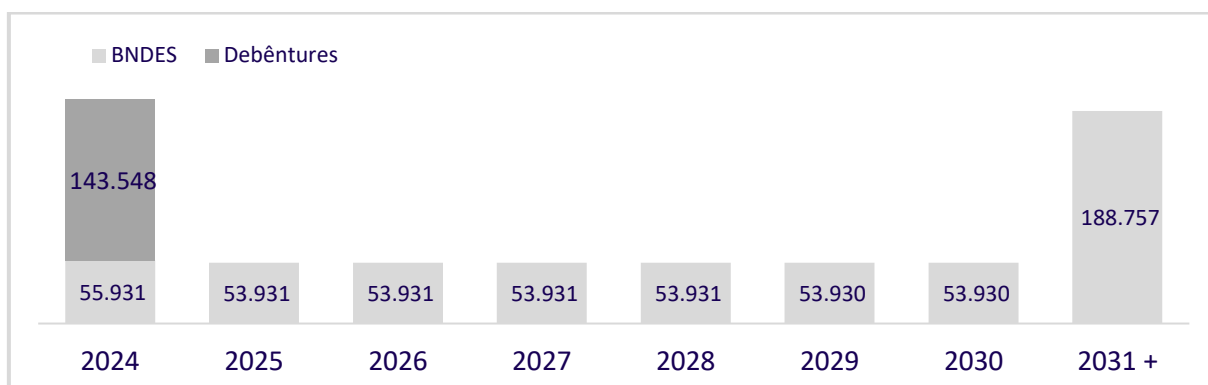
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	136.817	129.062	752.940	793.605
Provisão de juros (Nota 7)	7.638	7.449	55.311	58.908
Atualização monetária (Nota 7)	6.276	7.294	12.315	12.005
Apropriação dos custos de captações (Nota 7)	301	301	1.649	1.649
Juros pagos	(7.484)	(7.289)	(55.345)	(58.747)
Liquidações	-	-	(55.050)	(54.480)
Saldo no final do exercício	143.548	136.817	711.820	752.940

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Votorantim S.A. e Ventos de Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia prestada pela Votorantim S.A.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,2x, apurado a cada encerramento do exercício das controladas.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições pelas controladas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Anual	Quadrienal	2023	2022
Saldo no início do exercício	1.242	57.349	58.591	44.755
Adições (Nota 5) (i)	3.460	18.047	21.507	11.969
Constrained-off	(663)	(4.908)	(5.571)	-
Atualização monetária (Nota 7)	(19)	1.571	1.552	1.867
Saldo no final do período	4.020	72.059	76.079	58.591
Circulante	-	39.548	39.548	43.434
Não Circulante	4.020	32.511	36.531	15.157
	4.020	72.059	76.079	58.591

- (i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentará ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

15 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado				
	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo no início do exercício	364.995	3.738	(341.184)	27.549	36.341
Remensurações	-	-	-	-	(8.799)
Reversões	-	-	-	-	(2.314)
(-) Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos (Nota 7)	-	-	2.439	2.439	2.321
Saldo no final do exercício	364.995	3.738	(338.745)	29.988	27.549
Circulante	-	3.738	-	3.738	3.738
Não circulante	364.995	-	(338.745)	26.250	23.811
	364.995	3.738	(338.745)	29.988	27.549

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia possuem processos de natureza ambiental, tributária e cível com prognósticos de perda possível, os quais encontram-se descritos resumidamente a seguir:

Ações ambientais

Em 8 de novembro de 2019, a controlada Ventos de Santo Afonso foi notificada da lavratura de dois autos de infração pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR/PI em decorrência de (i) suposto descumprimento de condicionante de licença de operação por alegada suposta provocação de efeitos estroboscópicos em residência no entorno do empreendimento e (ii) suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico. Em 27 de novembro de 2019, a controlada apresentou impugnações aos autos de infração que, atualmente, aguardam julgamento em 1ª instância administrativa.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante atualizado dessas ações é de R\$ 3.418 (R\$ 3.092 em 31 de dezembro de 2022).

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia possuem processos administrativos no Município de Curral Novo do Piauí, referente a notificações de autos de infração de cobrança de taxa de licenciamento do exercício de 2022, no montante atualizado de R\$ 2.599 (R\$ 254 em 31 de dezembro de 2022).

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante atualizado dos processos é de R\$ 3.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 7)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos a receber								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	1.625	1.782	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.491	1.368	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	1.576	1.579	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	2.040	1.914	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	1.860	1.854	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	1.880	1.587	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	1.440	1.221	-	-	-	-	-	-
	<u>11.912</u>	<u>11.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alienação de participação de investidas (i)								
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.923	7.722	18.689	18.098	-	-	(407)	(318)
	<u>3.923</u>	<u>7.722</u>	<u>18.689</u>	<u>18.098</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>	<u>(318)</u>
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A.	-	-	2	-	(10)	(56)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>(56)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	8.693	7.914	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.693</u>	<u>7.914</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>15.835</u>	<u>19.027</u>	<u>27.384</u>	<u>26.012</u>	<u>-</u>	<u>(56)</u>	<u>(407)</u>	<u>(318)</u>

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Consolidado									
	Ativo		Passivo		Vendas de energia e outras receitas (Nota 5)		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 7)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas										
Citrosuco S.A. Agroindústria	1.609	675	-	-	12.263	9.342	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	102	798	-	-	6.379	10.498	-	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	676	-	-	-	6.206	-	-	-	-	-
	<u>2.387</u>	<u>1.473</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.848</u>	<u>19.840</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alienação de participação de investidas (i)										
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.923	7.722	18.689	18.098	-	-	-	-	(407)	(318)
	<u>3.923</u>	<u>7.722</u>	<u>18.689</u>	<u>18.098</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>	<u>(318)</u>
Fornecedores - compras e serviços										
Votorantim S.A.	-	-	166	-	-	-	(997)	(941)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	73	59	-	-	(3.384)	(1.834)	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	27	-	-	(28)	(869)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>239</u>	<u>86</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.409)</u>	<u>(3.644)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar										
Auren Energia S.A.	-	-	8.693	7.914	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.693</u>	<u>7.914</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros débitos (ii)										
Sol do Piauí geração de Energia Ltda.	-	-	1.611	-	-	-	(1.611)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.611</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>6.310</u>	<u>9.195</u>	<u>29.233</u>	<u>26.098</u>	<u>24.848</u>	<u>19.840</u>	<u>(6.020)</u>	<u>(3.644)</u>	<u>(407)</u>	<u>(318)</u>

(i) Refere-se à operação da alienação de participação nas controladas Ventos de Santa Albertina e Ventos de São Adeodato, ocorrida em 2020. Os saldos encontram-se atualizados a valor presente, calculados por uma taxa de desconto livre de risco baseada na inflação do país, projetada para o período.

(ii) Referem-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 278.467, composto por 278.467.009 ações ordinárias e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Auren.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 8.675 (R\$ 7.897 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido em dividendos a pagar.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	36.527	33.243
(-) Reserva legal - 5%	(1.826)	(1.662)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	34.701	31.581
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	8.675	7.897
(=) Saldo de lucros acumulados	26.026	23.684
(-) Retenção de lucros	(26.026)	(23.684)
	-	-

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora

apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.372	33.010
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(12.366)	(11.223)
Equivalência patrimonial	17.055	16.182
Ajuste de períodos anteriores	-	125
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(4.531)	(4.845)
Outras adições permanentes, líquidas	(3)	(6)
IRPJ e CSLL apurados	155	233
Correntes	-	-
Diferidos	155	233
IRPJ e CSLL no resultado	155	233
Taxa efetiva %	0,43%	(0,71%)

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício do consolidado apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado					
	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	234.999	234.999	4.958	4.958	27.836	27.836
Total Receita Tributável	234.999	234.999	4.958	4.958	27.836	27.836
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	18.800	28.200	1.587	1.587	27.836	27.836
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	4.532	2.538	397	143	6.959	2.505

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	2022							
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Receitas Tributadas 100% (Outras)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	230.060	230.060	1.441	1.441	19.694	19.694	108	108
Exclusão ICMS ST - Vendas Incentivadas	(2.252)	(2.252)	-	-	-	-	-	-
Total Receita Tributável	227.808	227.808	1.441	1.441	19.694	19.694	108	108
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%				
Base de cálculo Presumida	18.225	27.337	461	461	19.694	19.694	108	108
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	4.388	2.460	115	41	4.924	1.772	27	10

(b) Efeito no resultado

	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	17.074	13.737
Alíquota efetiva sobre receita tributável	6,38%	5,52%

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 9)		-	-	34.713	26.927
		-	-	34.713	26.927
Ao valor justo por meio do resultado (i)					
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	8.269	7.824	225.463	158.957
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 8)	1	-	-	36.753	39.885
		8.269	7.824	262.216	198.842
		8.269	7.824	296.929	225.769
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (Nota 13) (ii)		143.548	136.817	711.820	752.940
Fornecedores		-	-	5.665	7.773
Arrendamentos		-	-	687	-
Partes relacionadas (Nota 17)		18.691	18.098	20.539	18.184
		162.239	154.915	738.711	778.897

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 13.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	147.299	-	-	-	147.299
Partes relacionadas	2	-	18.689	-	18.691
	147.301	-	18.689	-	165.990
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	7.112	141.035	-	-	148.147
Partes relacionadas	-	-	18.098	-	18.098
	7.112	141.035	18.098	-	166.245
	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	237.241	166.464	149.178	320.452	873.334
Fornecedores	5.665	-	-	-	5.665
Arrendamentos	687	-	-	-	687
Partes relacionadas	239	-	20.300	-	20.539
	243.832	166.464	169.478	320.452	900.225
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	108.090	330.067	171.786	439.266	1.049.208
Fornecedores	7.773	-	-	-	7.773
Partes relacionadas	86	-	18.098	-	18.184
	115.949	330.067	189.884	439.266	1.075.165

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e, das taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e Fundo de liquidez – conta reserva	8.269	BRL mil	-69 bps*	(57)	(241)	(482)	241	482
IPCA 4,62%	Financiamentos e debêntures (i)	143.699	BRL mil	38 bps*	(546)	1.660	3.319	(1.660)	(3.319)

					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e Fundo de liquidez – conta reserva	262.216	BRL mil	-69 bps*	(1.797)	(7.637)	(15.274)	7.637	15.274
IPCA 4,62%	Financiamentos e debêntures (i)	143.699	BRL mil	38 bps*	(546)	1.660	3.319	(1.660)	(3.319)
TJLP 6,53%	Financiamentos e debêntures (i)	582.422	BRL mil	-2 bps*	116	9.508	19.016	(9.508)	(19.016)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

*basis point

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Seguros

A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites compartilhados entre as demais controladas do grupo.

<u>Modalidade</u>	<u>Principais coberturas</u>	<u>Vencimento</u>
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até fevereiro/2024

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 3.849 em 31 de dezembro de 2023.